

BOLETIM MENSAL
DE
ACTIVIDADE ECONÓMICA

Janeiro de 2006

Índice

SELECÇÃO DE INDICADORES	<i>i</i>
1. Enquadramento internacional	1
2. Economia Nacional	3
3. Dinâmica sectorial	6
Secção Especial: O sector Automóvel	9
4. Perspectiva regional	14
5. Competitividade	16
6. Agenda	
6.1. Iniciativas	21
6.2. Selecção de medidas legislativas	21
6.3. Em agenda	23
ANEXO ESTATÍSTICO	

1. Enquadramento Internacional

As previsões mais recentes da Comissão Europeia (Outono de 2005), revêem ligeiramente em alta as previsões da Primavera, continuando a apontar para uma robusta expansão da actividade económica mundial em 2005 e 2006 (4,3%) e também em 2007 (4,7%). Verifica-se, contudo, um abrandamento em relação ao crescimento observado em 2004 (5,2%), abrandamento esse que atinge praticamente todas as grandes economias. Também a OCDE (Novembro 2005) reviu em alta as previsões anteriores de crescimento das principais economias (*Quadro 1.1*).

Quadro 1.1

**Previsões de Crescimento da Economia Mundial
- taxa de crescimento real do PIB em % -**

	2005			2006			2007	
	FMI Set-05	OCDE Nov-05	CE Outono-05	FMI Set-05	OCDE Nov-05	CE Outono-05	OCDE Nov-05	CE Outono-05
MUNDO	4,3	[1]	4,3	4,3	[1]	4,3	[1]	4,7
EUA	3,5	3,6	3,5	3,3	3,5	3,2	3,3	2,7
ZONA EURO	1,2	1,4	1,3	1,8	2,1	1,9	2,2	2,1
CHINA	9,0	9,3	9,3	8,2	9,4	8,7	9,5	..
JAPÃO	2,0	2,4	2,5	2,0	2,0	2,2	2,0	1,8

[1] 2,7% em 2005 e 2,9% em 2006 e 2007 relativamente apenas ao total dos países da OCDE

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Set 2005; OCDE, Economic Outlook nº78, Nov 2005;

CE- Comissão Europeia, "European Economy", Nov 2005.

A área de maior crescimento em 2005 e 2006 será a Ásia (excluindo o Japão), com taxas de crescimento superiores a 7%. De acordo com o FMI, a China e a Índia deverão ter crescido em 2005 respectivamente 9% e 7,1% esperando-se em 2006 um crescimento de 8,2% e 6,3%.

Ainda de acordo com a CE, estima-se que a **actividade económica nos EUA** tenha crescido a bom ritmo em 2005 (3,5%), impulsionada pelo dinamismo do consumo e do investimento privados, embora com uma desaceleração do crescimento das exportações. Para 2006 e 2007, prevêem-se novos abrandamentos do crescimento da economia americana, respectivamente 3,2% e 2,7%, em resultado da diminuição do consumo e da desaceleração do investimento, devidos ao efeito conjunto dos elevados preços da energia e do aumento das taxas de juro. O abrandamento da actividade económica conduzirá a um ligeiro aumento do desemprego apenas em 2007.

A **economia japonesa**, após uma evolução de 2,7% em 2004, deverá ter crescido 2,5% em 2005. Em 2006 e 2007, a CE prevê um crescimento do produto de 2,2% e de 1,8% respectivamente. A expansão da actividade económica continuará a ser liderada pela procura interna. Os fortes lucros verificados nas empresas sugerem que o investimento continuará a expandir-se e que o aumento dos salários e dos níveis de confiança suportarão o consumo privado. Por sua vez, prevê uma aceleração das importações, decorrente do aumento da procura interna, e uma estabilização do crescimento das exportações.

Na **Zona Euro**, a CE estima um crescimento moderado de 1,3% em 2005, sendo a economia com o crescimento menos dinâmico entre as economias avançadas. A apreciação do euro e o esforço orçamental que tem vindo a ser conduzido, nomeadamente pelas três grandes economias, Alemanha, França e Itália, poderão ajudar a explicar esta evolução. O crescimento económico tem sido diferenciado entre os países desta área, continuando a actividade económica portuguesa, a registar um dos ritmos de crescimento mais baixos. A Espanha e, em menor grau, a França estão a crescer acima da média, sendo o crescimento baseado na procura interna. Na

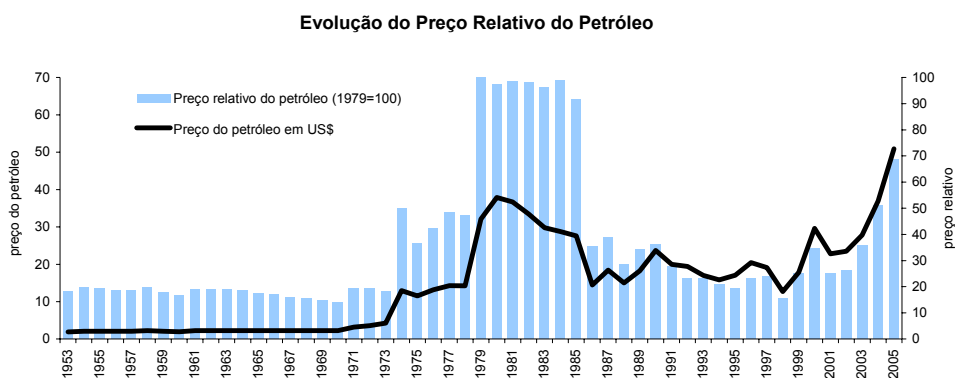
Alemanha o crescimento económico esperado é inferior à média dos restantes países da área do euro, devido ao fraco desempenho da procura interna. **Para 2006**, é prevista uma **ligeira retoma**, com o produto a crescer 1,9% na Zona Euro (2,1% nas previsões da Primavera) e 2,1% em 2007, baseada no dinamismo da procura interna, em particular no forte crescimento do investimento, não se esperando uma descida significativa da taxa de desemprego (acima dos 8%). De acordo com estas previsões, o crescimento económico em Portugal será o mais baixo da zona euro.

Segundo a Comissão Europeia a taxa de variação do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor** (IHPC) na área do Euro deverá situar-se em 2,3% em 2005, 2,2% em 2006 e 1,8% em 2007, mais moderada que o crescimento dos preços estimado para os EUA, respectivamente 3,3%, 2,9% e 2,2% naqueles anos. Por sua vez, a **taxa de desemprego** ainda se manterá elevada, prevendo-se no entanto que baixe ligeiramente para 8,6% em 2005, 8,4% em 2006 e 8,1% em 2007, enquanto para os EUA se prevê uma taxa de desemprego, nos três anos, da ordem dos 5%.

Apesar da expansão do comércio mundial e da actividade industrial, com os principais indicadores económicos a apontarem para uma conjuntura global favorável, a variação do preço do **petróleo** constitui um importante factor de risco. A cotação internacional do petróleo manteve uma trajectória ascendente desde o início do ano até Agosto, quando atingiu em média os US\$ 62. Após uma estabilização em Setembro, desceu nos meses seguintes, tendo voltado a aumentar em Dezembro, quando atingiu a cotação média¹ de US\$ 56,5 (US\$ 55 em Novembro). O preço do crude, após uma descida, aumentou novamente no início de 2006 devido à quebra dos *stocks*, ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia pela disputa do preço do gás natural e, nos últimos dias, ao receio que o Irão, o quarto maior exportador mundial de crude, tenha retomado a sua actividade nuclear. Segundo os analistas, o preço do petróleo irá manter-se ainda elevado em 2006.

Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflador do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em 2005, em cerca de 69% do valor atingido durante a crise petrolífera de 1979 (*Figura 1.1*).

Figura 1.1



Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em US\$); INE (deflador do PIB - Contas Nacionais); Banco de Portugal (taxa de câmbio)

O preço relativo do petróleo é calculado como o rácio entre a cotação do petróleo em moeda nacional e o deflador do PIB em Portugal.

¹ IMF (Primary Commodity Prices) – média simples dos preços de Dated Brent, West Texas Intermediate e Dubai Fateh.

2. Economia nacional

A actividade económica em Portugal evidenciou um abrandamento na segunda metade de 2004, que se prolongou durante 2005. O arrefecimento da economia portuguesa em 2005 ficou a dever-se à **desaceleração da procura interna**, que resultou principalmente da forte quebra no investimento (FBCF) e do abrandamento do consumo público e, em menor escala, do consumo privado. O comportamento das exportações foi desfavorável e acompanhado de perda de quotas de mercado, enquanto as importações registaram uma desaceleração.

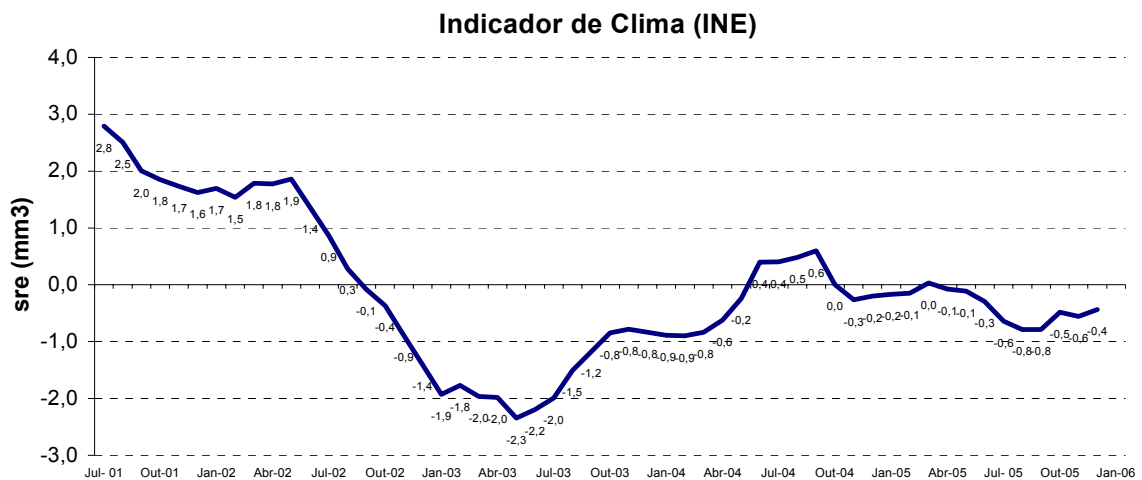
Em Dezembro de 2005, o Indicador de Clima Económico do INE, apesar de permanecer ainda negativo, melhorou em relação aos meses anteriores, situando-se no 4º trimestre num patamar superior ao do trimestre anterior (*Quadro 2.1 e Figura 2.1*). Esta melhoria foi resultado da recuperação da confiança no comércio e na indústria, já que se registaram deteriorações na construção e serviços (*ponto 3, Figura 3.1*). O indicador de actividade económica do INE evidenciou em Outubro uma recuperação, situando-se contudo abaixo da média do primeiro semestre do ano. Por sua vez, o indicador coincidente do Banco de Portugal sobre a evolução mensal da actividade económica revelou em Novembro uma relativa estabilização.

Quadro 2.1

Seleção de Indicadores de Actividade Económica

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2005				2005					
			I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Indicador de Actividade Económica	INE	VH, M3M	1,4	1,5	0,9		1,1	1,0	1,0	1,2		
Indicador Coincidente	BP	VH	0,7	0,2	-0,1		0,0	-0,1	-0,2	-0,2	-0,3	
Indicador de Clima Económico	INE	SRE/M3M	0,0	-0,3	-0,8	-0,4	-0,6	-0,8	-0,8	-0,5	-0,6	-0,4
Indicador Compósito Avançado	OCDE	N/(M12M) N-12	-	-	-	-	0,0	0,1	0,2	0,3	0,1	
Indicador de FBCF	INE	VH, M3M	-1,2	-4,0	-3,0		-3,0	-3,4	-3,0	-2,1	-0,9	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	VE/M3M	-34,2	-33,6	-41,9	-41,0	-38,1	-41,7	-41,9	-41,3	-41,0	-41,0
Índice de Produção Industrial - Total	INE	VH/VCS	-1,7	-0,5	0,8		-0,8	2,9	0,3	1,0	0,5	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	VH/VCS	-3,5	-2,7	-1,0		-3,3	0,6	-0,4	0,3	0,1	
Índice de Preços no Consumidor (IHPC)	INE	VM12	-	-	-	-	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	
Índice de Preços no Consumidor (IHPC) (zona Euro)	Eurostat	VM12	-	-	-	-	2,1	2,1	2,2	2,2	2,2	
Saldos:												
Balança Corrente	BP	10 ⁹ euros	-3 398	-3 747	-2 475		-7 497	-8 451	-9 620	-10 777		
da qual: Mercadorias	BP	10 ⁹ euros	-6 775	-4 260	-3 926		-12 102	-13 539	-14 961	-16 576		
Viagens e Turismo	BP	10 ⁹ euros	546	918	1 587		1 974	2 610	3 051	3 438		
Balança de Capital	BP	10 ⁹ euros	313	281	372		757	790	965	1 197		

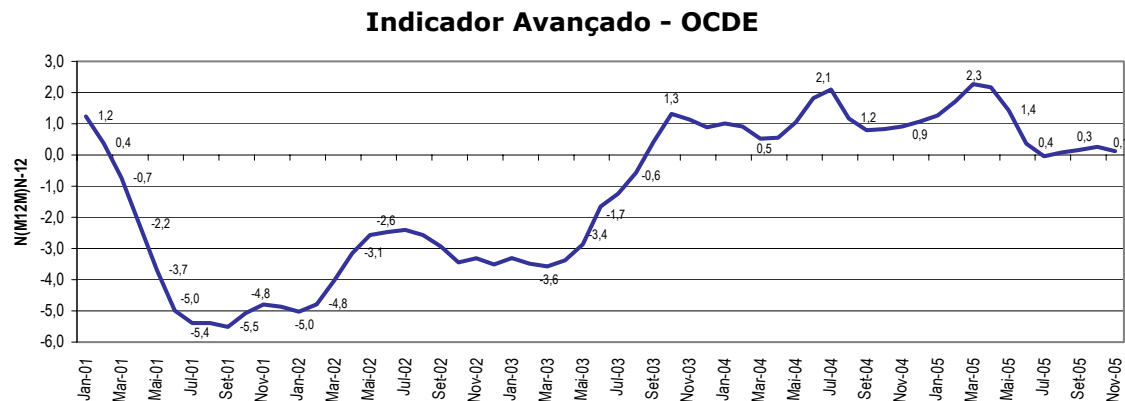
Figura 2.1



Fonte: GEE, com base no INE

Conforme se pode observar na Figura 2.2, em Novembro o indicador compósito avançado da OCDE aponta para uma degradação relativamente aos dois meses anteriores.

Figura 2.2



Fonte: GEE, com base na OCDE

Em Dezembro de 2005, o indicador de confiança dos consumidores evidenciou uma estabilização pelo segundo mês consecutivo. Em termos trimestrais, registou-se uma ligeira melhoria face ao 3º trimestre de 2005. Por sua vez, o indicador de FBCF recuperou significativamente em Novembro, relativamente ao mês anterior.

Na indústria e, em particular, na indústria transformadora, registou-se em Novembro uma degradação, evidenciada quer pelo índice de produção industrial quer pelo índice de volume de negócios, este último voltando ao nível atingido em Setembro.

Ministério da Economia e Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

No período de Janeiro a Outubro de 2005, verificou-se um agravamento no défice do agregado das **balanças corrente e de capital**, face ao registado no período homólogo de 2004, que atingiu os 9 580 milhões de euros. Este comportamento ficou a dever-se ao aumento do défice da balança corrente, que traduz o agravamento de todas as principais componentes, particularmente da balança de mercadorias e, também, à redução do excedente da balança de capital, em resultado da diminuição das transferências públicas da UE, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

No que refere ao **mercado de trabalho**, e de acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, a taxa de desemprego atingiu 7,7% no 3º trimestre de 2005 (7,2% no 2º trimestre). Os dados do IEFP indicam que, em termos homólogos, no período acumulado de Janeiro a Novembro de 2005 verificou-se uma tendência de abrandamento do crescimento de novos desempregados registados (3,3% contra 3,6% no período de Janeiro a Outubro). Por sua vez, o Eurostat refere que a taxa de desemprego em Portugal atingiu 7,5% nos meses de Outubro e Novembro. A taxa de desemprego prevista no Orçamento de Estado aponta para 7,4% no ano de 2005 e 7,7% em 2006.

Em Novembro de 2005 a taxa de variação média dos últimos doze meses do **IHPC** manteve-se, pelo 6º mês consecutivo, nos 2,1%, tendo diminuído a taxa de variação homóloga mensal para 2,5%. No mesmo mês na Zona Euro, o aumento do IHPC registado foi de 2,2%. A previsão do Banco de Portugal (Inverno de 2005) para a inflação portuguesa, medida pelo IHPC, é de 2,1% em 2005, aumentando para 2,5% em 2006.

O Banco de Portugal, nas suas previsões de Inverno de 2005, manteve inalterada a estimativa de crescimento económico para 2005 (0,3%), revendo em baixa a evolução do consumo privado e do investimento e em alta a do comércio externo, com redução do contributo negativo da procura externa líquida. Para 2006, revê em baixa as previsões de crescimento anteriores, prevendo um acréscimo do produto de 0,8% (1,2% no Outono de 2005) (*Quadro 2.2*). Essas estimativas estão mais próximas das previsões da Comissão Europeia que apontam para um crescimento do PIB em 2005 de 0,4% e de 0,8% em 2006 e da OCDE que sugerem um crescimento da economia portuguesa para 2005 de 0,8% e de 1% para 2006. Por sua vez, no Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 (revisão de Dezembro de 2005) prevê-se um crescimento de 0,5% em 2005 e de 1,1% em 2006.

Quadro 2.2

Portugal - Indicadores Económicos

	2005					2006					2007			
	FMI Set-05	OCDE Nov-05	CE Outono-05	BP Inverno-05	PEC(05-09) Dez-05	FMI Set-05	OCDE Nov-05	CE Outono-05	BP Inverno-05	PEC(05-09) Dez-05	OCDE Nov-05	CE Outono-05	BP Inverno-05	PEC(05-09) Dez-05
PIB (t.v. real, %)	0,5	0,8	0,4	0,3	0,5	1,2	1,0	0,8	0,8	1,1	1,8	1,2	1,0	1,8
Consumo privado	2,1	2,3	2,2	1,8	2,3	1,2	1,3	1,0	1,2	1,3	2,0	1,5	1,1	1,5
Consumo Público	-	0,8	1,0	1,1	0,8	-	-0,8	-0,2	0,7	-1,3	0,1	-	0,4	-0,8
FBCF	-0,6	-1,8	-2,4	-3,1	-2,1	2,8	0,2	0,3	-1,1	1,7	3,3	2,3	-0,8	3,6
Exportações	1,6	1,6	0,9	1,8	1,2	4,4	6,3	4,7	4,0	5,7	6,4	4,6	5,2	6,1
Importações	6,3	1,8	1,7	2,4	2,1	2,3	4,4	3,0	2,8	4,2	5,5	4,1	3,2	4,3
IHPC (t.v., %) ⁽¹⁾	2,5	2,1	2,2	2,1	2,3	2,3	2,4	2,7	2,5	2,3	1,4	2,2	2,3	2,2
Taxa de Desemprego (%)	7,4	7,5	7,4	-	7,4	7,7	7,8	7,7	-	7,7	7,8	7,7	-	7,7
Balança Corrente (% PIB) ⁽²⁾	-8,4	-9,3	-9,5	-8,2	-8,7	-7,7	-9,4	-9,7	-8,5	-8,8	-9,1	-9,4	-8,8	-8,4

(1) No caso do PEC - Deflador do Consumo Privado

(2) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Setembro 2005; OCDE, Economic Outlook nº78, Novembro de 2005;

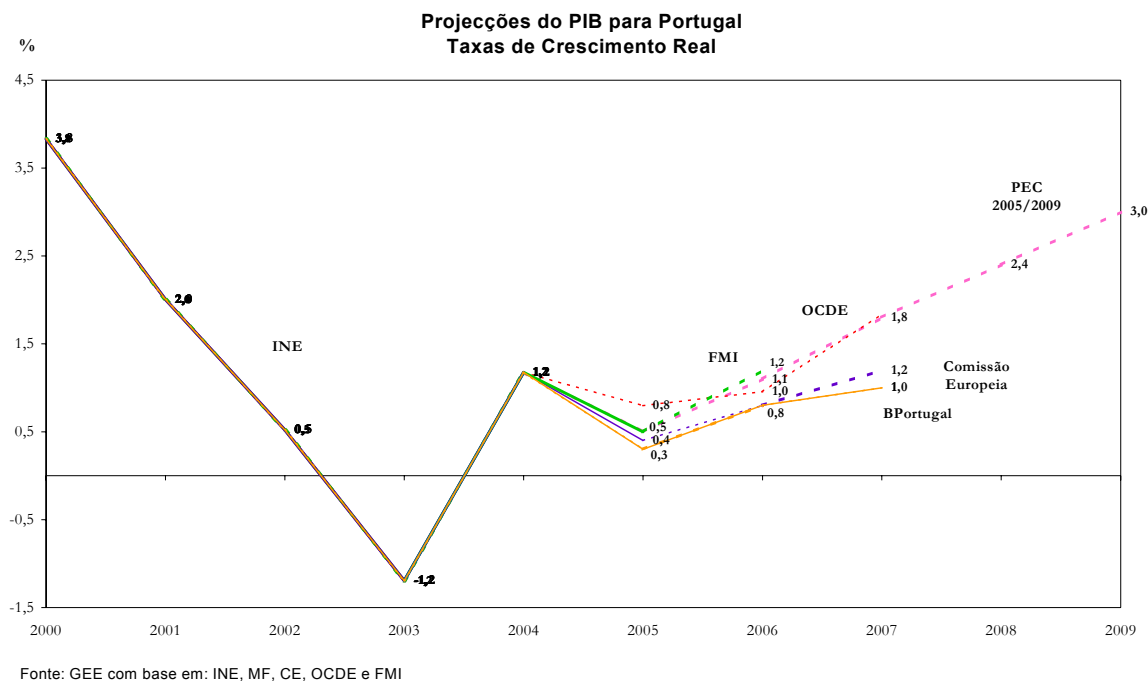
CE- Comissão Europeia, Anexo Estatístico da "European Economy" - Novembro de 2005; BP- Boletim Económico, Inverno 2005;

PEC - Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Dezembro de 2005

A ligeira recuperação da actividade económica, prevista pelo Banco de Portugal para 2006 e 2007, traduz fundamentalmente um maior acréscimo das exportações, 4% e 5,2% respectivamente, dado que a procura interna deverá apresentar um nível de crescimento idêntico ao previsto para 2005, 0,6%. Esta evolução da procura interna tem por base uma desaceleração do consumo privado, que se espera vir a crescer 1,2% em 2006 e 1,1% em 2007 e um comportamento

menos negativo da FBCF, respectivamente -1,1% e -0,8%, principalmente devido ao investimento empresarial, dado que se espera uma estagnação do investimento em habitação.

Figura 2.3



3. Dinâmica Sectorial

A análise da evolução do VAB, através das Contas Nacionais Trimestrais revelou, nos três primeiros trimestres de 2005, quebras acentuadas, na Agricultura, Silvicultura e Pescas, na Construção e na Indústria, notando-se contudo algum abrandamento da redução do VAB neste último caso. No terceiro trimestre, assistiu-se igualmente a uma quebra do VAB nos Transportes e Comunicações e nas Actividades Financeiras e Imobiliárias. O sector Electricidade, Gás e Água, o Comércio, Restaurantes e Hotéis e os Outros Serviços mantiveram-se com crescimentos positivos (Quadro 3.1).

**Quadro 3.1
Evolução do VAB por sectores**

Variação Homóloga - %

	2000	2002	2004	1T04	2T04	3T04	4T04	1T05	2T05	3T05
VAB - Actividades Financeiras e Imobiliárias (const)	4,7	1,4	5,0	4,6	4,2	5,8	5,2	1,8	1,0	-0,3
VAB - Agricultura, Silvicultura, Pescas (const)	-3,6	5,8	-0,2	-0,4	0,9	0,5	-1,6	-5,3	-7,3	-7,9
VAB - Comércio, Restaurantes e Hotéis (const)	4,7	0,1	1,5	0,4	1,2	1,6	2,8	2,4	2,4	1,8
VAB - Construção (const)	6,5	-3,5	-2,2	-4,1	-0,9	-1,1	-2,4	-3,3	-3,7	-6,1
VAB - Electricidade, gás e água (const)	9,8	-3,3	4,6	7,1	5,8	2,5	2,9	2,5	4,3	4,4
VAB - Indústria (const)	2,4	-0,8	-0,2	1,0	1,0	-0,5	-2,3	-3,3	-1,3	-1,1
VAB - Outros Serviços (const)	3,7	1,9	1,4	1,3	1,5	1,5	1,3	0,8	0,6	0,4
VAB - Transportes e Comunicações (const)	9,2	2,4	4,0	4,2	6,9	2,9	2,0	0,1	-1,6	-0,6
<i>Por memória:</i>										
Valor Acrescentado Bruto (const)	3,8	0,7	1,2	1,2	2,0	1,2	0,7	0,0	0,4	0,2

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais - Dezembro 2005

Ministério da Economia e Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

Nos três primeiros trimestres de 2005 as taxas de variação homóloga do emprego continuaram negativas na Indústria, Agricultura, Silvicultura e Pescas e Actividades Financeiras e Imobiliárias. A Construção e Electricidade, Gás e Água, que apresentaram taxas de variação homóloga do emprego negativas nos dois primeiros trimestres de 2005, inverteram a tendência no terceiro trimestre. Os Transportes e Comunicações e os Outros Serviços mantiveram-se com crescimentos positivos em termos de emprego, durante 2005 (*Quadro 3.2*).

Quadro 3.2
Evolução do Emprego por sectores

Variação Homóloga - %										
	2000	2002	2004	1T04	2T04	3T04	4T04	1T05	2T05	3T05
Emprego - Actividades Financeiras e Imobiliárias	2,1	0,9	11,4	19,2	16,0	6,9	4,8	-2,3	-0,7	-2,7
Emprego - Agricultura, Silvicultura, Pescas	2,2	-2,4	-3,7	-3,5	-5,8	-4,0	-1,6	-2,6	-2,3	-1,0
Emprego - Comércio, Restaurantes e Hotéis	3,3	1,0	1,3	2,8	2,5	0,7	-0,8	-1,3	0,8	-0,4
Emprego - Construção	10,5	6,8	-6,1	-6,2	-7,5	-4,7	-5,9	-3,1	-0,6	3,2
Emprego - Electricidade, gás e água*	-2,1	5,5	-9,1	-6,3	-11,4	-15,2	-3,9	-11,5	-4,0	1,7
Emprego - Indústria Transformadora	-1,0	-4,0	-1,6	-3,6	-2,4	-0,7	0,3	-0,8	-3,0	-4,0
Emprego - Outros Serviços	0,3	2,3	2,6	0,6	3,8	2,1	4,0	4,3	3,6	2,9
Emprego - Transportes e Comunicações	6,8	1,0	0,4	1,0	-1,7	2,5	-0,4	1,6	3,5	4,5
<i>Por memória:</i>										
Emprego - Total	2,3	0,5	0,1	0,0	0,1	-0,1	0,3	-0,3	0,1	0,1

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego - Dezembro 2005; *Inclui Indústria Extractiva

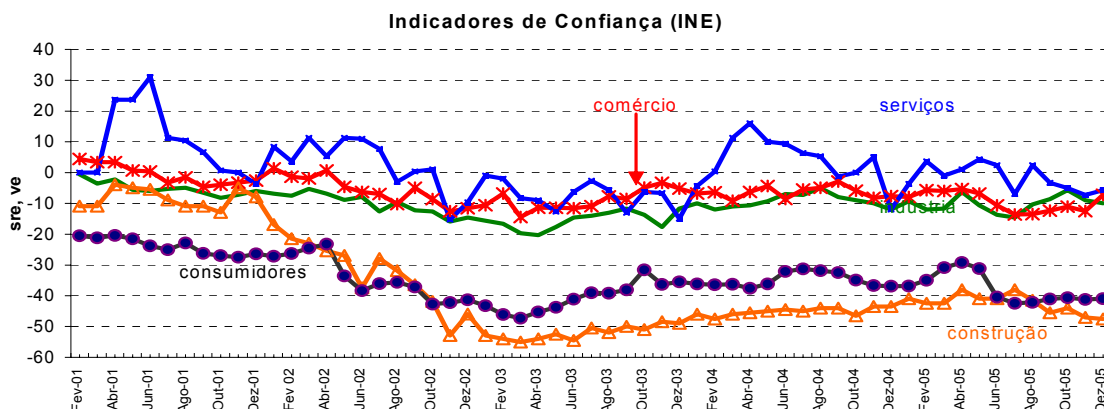
Os indicadores de confiança e o índice de volume de negócios permitem analisar a evolução mais recente (*Quadro 3.3*).

Quadro 3.3
Indicadores Sectoriais

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2004	2005				2005					
			IV TR 04	I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Indicador de confiança na Indústria	INE	VE/M3M	-10,3	-11,0	-10,2	-11,2	-8,2	-13,0	-12,9	-11,2	-8,2	-7,8	-8,2
Indicador de confiança na Construção	INE	VE/M3M	-44,5	-42,0	-40,0	-41,7	-46,2	-40,0	-40,2	-41,7	-43,7	-45,5	-46,2
Indicador de confiança no Comércio	INE	VE/M3M	-7,2	-6,6	-7,6	-13,2	-10,3	-10,3	-12,6	-13,2	-12,3	-12,0	-10,3
Indicador de confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	VE/M3M	-2,3	-0,3	2,6	-2,7	-6,0	-0,1	-0,8	-2,7	-2,0	-5,2	-6,0
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	INE	VH, M3M	3,2	1,7	3,4	2,2		1,4	4,0	2,6	4,5	2,6	
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	VH, M3M	3,3	3,2	4,4	0,9		2,9	2,6	1,0	1,4	1,5	
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	VH, M3M	1,8	-0,8	0,0	-2,7		-2,0	-1,8	-2,5	-0,3	-1,5	

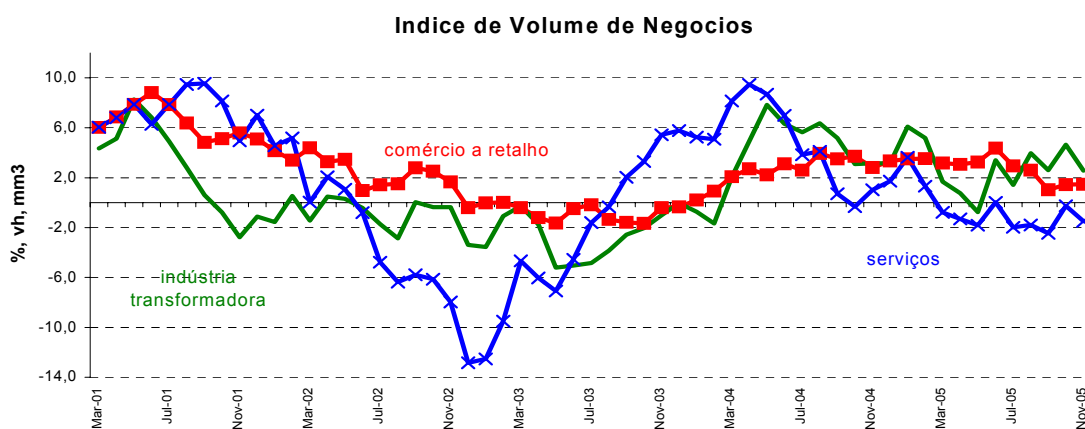
O indicador de confiança do INE mostra que, no 4º trimestre de 2005, os saldos das respostas extremas se encontravam num patamar negativo em todos os sectores de actividade, embora com uma ligeira melhoria nos indicadores de confiança da Indústria e do Comércio. Por sua vez pioraram os indicadores de confiança nos Serviços Prestados às Empresas e na Construção, sendo particularmente negativa a evolução neste último sector (*Figura 3.1*).

Figura 3.1



A evolução do Índice de Volume de Negócios na Indústria Transformadora aponta para um abrandamento no mês de Novembro, após a recuperação verificada em Outubro. O índice relativo ao sector dos Serviços sofreu um decréscimo continuado ao longo de 2005, embora menos negativo no mês de Outubro. No Comércio a Retalho, assistiu-se a uma ligeira reanimação nos meses de Outubro e Novembro (Figura 3.2).

Figura 3.2



Secção Especial: O sector Automóvel

Entre 1995 e 2000, o sector automóvel aumentou o seu peso na economia e nomeadamente na indústria transformadora, sobretudo em consequência da instalação da Autoeuropa. Nos últimos cinco anos, a tendência foi inversa: de acordo com os dados do Quadro 3.4, o VAB do sector automóvel passou de 0,83% do total da economia em 2000 para 0,65% em 2005.

Quadro 3.4

Peso do Sector Automóvel na Economia e na Indústria Transformadora

	1995	2000	2001	2002	2003	2004*	2005*
VAB do sector no VAB Total (%)	0,50	0,83	0,76	0,68	0,73	0,70	0,65
Emprego do sector no Emprego Total (%)	0,44	0,45	0,42	0,38	0,39	0,37	0,36
VAB do sector no VAB da Indústria (%)	2,5	4,6	4,3	4,0	4,4	4,1	3,9
Emprego do sector no Emprego da Indústria (%)	2,0	2,2	2,1	1,9	2,0	1,9	1,9

Fonte: GEE, com base em INE, CN Anuais 1995 a 2003 (Emprego e VAB do sector até 2003); 2004 e 2005 - Estimativa com base no INE, Índices de Produção Industrial (VAB do sector) e Índices de Emprego (Emprego do sector).

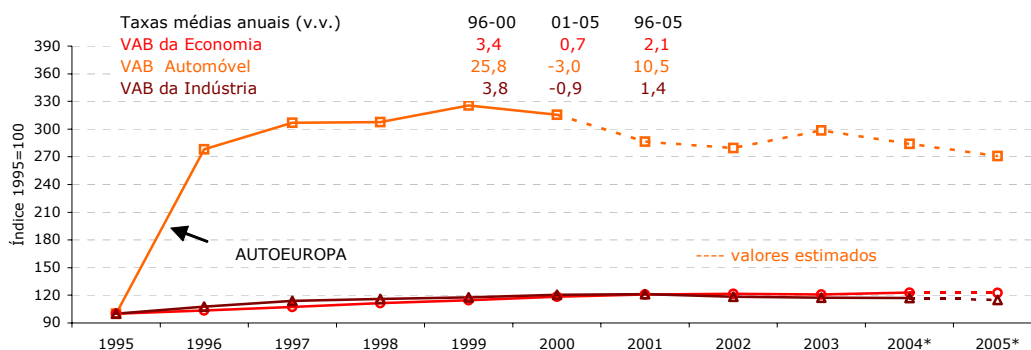
A Figura 3.3 descreve a evolução do VAB do sector em termos reais. De acordo com a figura, entre 1996 e 2000, o VAB do sector automóvel cresceu a taxas muito superiores às verificadas no conjunto da indústria transformadora e no total da economia. No quinquénio seguinte os valores apontam para uma redução desse crescimento, fruto do abrandamento da procura mundial.

O emprego cresceu igualmente a uma taxa superior à do emprego total, no período de 1996 a 2000, embora de forma não tão acentuada como a do VAB, pelos mesmos motivos de abrandamento da procura e redução da produção. No período posterior a adaptação às novas condições do mercado, obrigou a uma redução do emprego no sector (*Figura 3.4*).

Deste modo, a evolução dos valores do VAB por empregado no sector automóvel tem manifestado crescimentos muito acima da média da economia e da indústria transformadora (*Figura 3.5*).

Figura 3.3

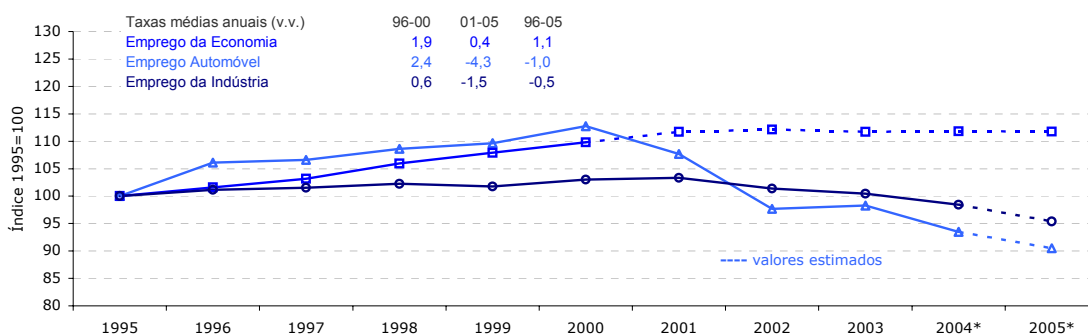
Evolução do VAB no Sector Automóvel, na Indústria e na Economia



Fontes: GEE, com base em INE, CN Anuais 1995 a 2003 (VAB do sector até 2003); 2004 e 2005 - Estimativa com base no INE, Índices de Produção Industrial (VAB do sector)

Figura 3.4

Evolução do Emprego no Sector Automóvel, na Indústria e na Economia



Fontes: GEE, com base em INE, CN Anuais 1995 a 2003 (Emprego do sector até 2003); 2004 e 2005 - Estimativa com base no INE, Índices de Emprego (Emprego do sector); INE, Inquérito ao Emprego (Emprego total)

Figura 3.5

Evolução do VAB por Empregado no Sector Automóvel, na Indústria e na Economia

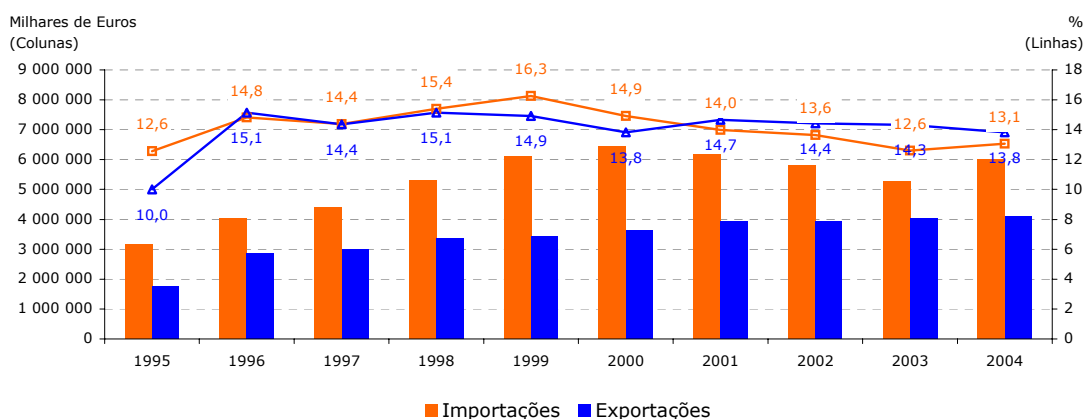


Fonte: GEE, com base em INE, CN Anuais 1995 a 2003 (Emprego e VAB do sector até 2003); 2004 e 2005 - Estimativa com base no INE, Índices de Produção Industrial (VAB do sector) e Índices de Emprego (Emprego do sector)

O sector Automóvel está essencialmente voltado para a exportação (*Figura 3.6*). Em 2004, as exportações do sector representaram 13,8% do total das exportações de mercadorias. Por outro lado, o sector automóvel dinamiza uma série de outros sectores associados (por exemplo componentes eléctricos e electrónicos, têxteis técnicos, vidro, aço, tintas e vernizes, entre outros). Os principais produtos exportados foram os Componentes - essencialmente componentes eléctricos, entre eles aparelhos de som e cablagens e outros componentes com destaque para as partes de assentos e fechaduras; seguem-se os automóveis de passageiros e mistos - com predomínio dos Automóveis novos com motor diesel de cilindrada superior a 1500cm³.

Este sector também se caracteriza por um grande peso nas importações. As importações do sector automóvel (CAE 34) representaram, em 2004, 13,1% das importações nacionais de mercadorias. Incidiram sobretudo em Automóveis de passageiros e mistos; Partes e peças separadas - travões e servo freios, caixas de velocidades e peças não especificadas; Componentes - entre eles motores e suas partes.

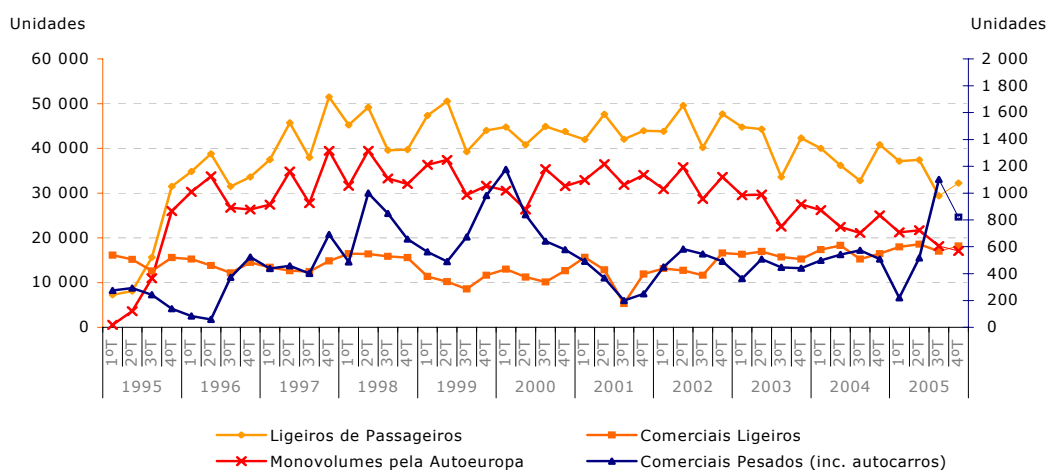
Figura 3.6
Exportações e Importações do sector Automóvel e % no total



Fonte: GEE, com base em INE, Base de Dados do Comércio Internacional

A Figura 3.7 descreve a evolução da montagem de veículos novos produzidos para exportação, onde se individualiza a montagem de veículos da Autoeuropa. Podem constatar-se quebras graduais no número de veículos ligeiros de passageiros, desde 2003, arrastados pelas quebras na produção de monovolumes pela Autoeuropa. Por outro lado, a montagem de veículos comerciais ligeiros tem vindo a aumentar ligeiramente desde meados de 2002. A montagem de veículos comerciais pesados recuperou em 2005.

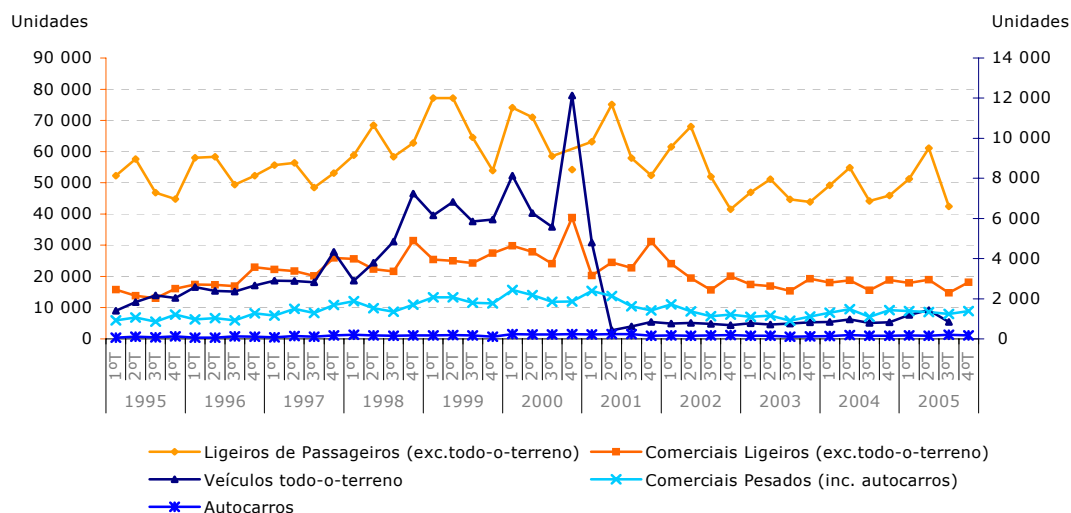
Figura 3.7
Evolução da Montagem de Veículos Novos Produzidos para Exportação



Fonte: AIMA

A evolução das vendas de veículos em Portugal permite avaliar o andamento da procura (Figura 3.8). O abrandamento da economia nos últimos quatro anos teve claros reflexos nas vendas de veículos, que têm vindo a sofrer reduções graduais desde 2001. As vendas de veículos ligeiros de passageiros e de veículos todo-o-terreno mostraram alguma recuperação a partir do 3º trimestre de 2004 mas, no entanto, voltaram a decrescer no 3º trimestre de 2005.

Figura 3.8
Evolução das Vendas de Veículos



Fonte: ACAP

Comparações internacionais do sector em Portugal, Espanha e Alemanha permitem avaliar o peso relativo do sector automóvel na economia e na indústria transformadora bem como a sua performance relativa, medida através do VAB por empregado (*Quadros 3.5 a 3.8 e Figura 3.9*). Na Alemanha e em Espanha o sector tem uma importância muito superior na economia e na indústria transformadora, tendo aumentado na Alemanha e decaído ligeiramente em Espanha, em 2001 e 2002.

Quadro 3.5

Peso do Sector Automóvel na Economia (% do VAB do sector no VAB total)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Portugal	0,6	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	0,8	0,8
Espanha	1,7	1,7	1,9	1,9	1,8	1,7	1,5	1,4
Alemanha	2,6	2,6	2,7	2,9	2,8	2,6	3,1	3,0

Fonte: Groningen Growth and Development Centre, Industry Labour Productivity Database

Quadro 3.6

Peso do Sector Automóvel na Economia (% do Emprego do sector no Emprego total)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Portugal	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4
Espanha	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Alemanha	2,0	2,1	2,2	2,3	2,3	2,3	2,4	2,3

Fonte: Groningen Growth and Development Centre, Industry Labour Productivity Database

Quadro 3.7

Peso do Sector Automóvel na Indústria (% do VAB do sector no VAB da Indústria)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Portugal	3,1	4,8	5,0	5,1	4,8	5,3	4,7	4,7
Espanha	8,9	9,3	9,9	10,1	9,8	9,5	8,5	8,5
Alemanha	11,6	11,5	12,3	12,7	12,5	11,6	13,6	13,6

Fonte: Groningen Growth and Development Centre, Industry Labour Productivity Database

Quadro 3.8

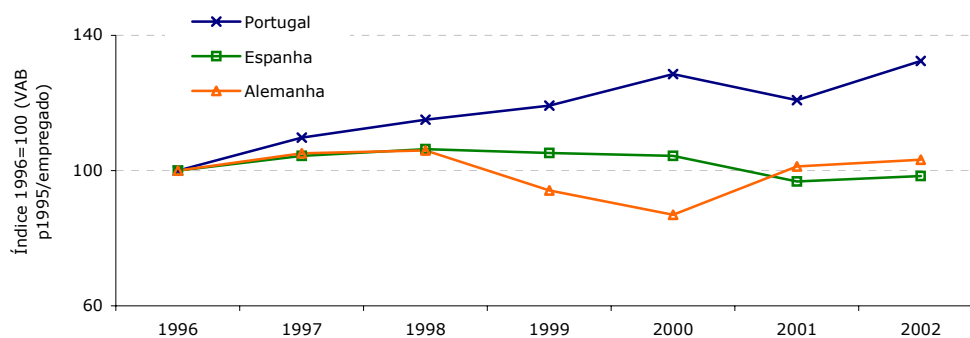
Peso do Sector Automóvel na Indústria (% do Emprego do sector no Emprego da Indústria)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Portugal	2,2	2,3	2,5	2,6	2,3	2,4	2,4	2,4
Espanha	7,0	6,9	7,1	7,2	7,2	7,3	7,1	7,1
Alemanha	8,8	9,5	10,0	10,4	11,0	11,2	11,4	11,4

Fonte: Groningen Growth and Development Centre, Industry Labour Productivity Database

A *Figura 3.9* mostra uma comparação da evolução do VAB por empregado no sector automóvel em Portugal, Espanha e Alemanha, desde 1996, altura em que a Autoeuropa começou a laborar em pleno. A evolução do VAB por empregado em Portugal, entre 1996 e 2002, tem sido bastante mais favorável do que na Alemanha ou em Espanha. Este facto poderá reflectir, em parte, um período de ajustamento do sector nacional, com os primeiros anos de laboração de uma nova grande unidade produtiva, enquanto nos outros dois países o sector se encontra numa fase mais madura.

Figura 3.9
Evolução do VAB por Empregado no Sector Automóvel
Portugal, Espanha e Alemanha



Fontes: Groningen Growth and Development Centre, Industry Labour Productivity Database

4. Perspectiva regional

O Quadro 4.1 apresenta a evolução do Produto Interno Bruto *per capita* e do Rendimento Disponível Bruto *per capita* das Famílias em Portugal, no período 1995-2003, por regiões NUTS II (expressos em números índices face à média nacional, base Portugal = 100).

Estes indicadores correspondem a ópticas distintas de medição da realidade económica - um mede a Produção, outro o Rendimento. A sua leitura conjunta deve permitir captar alguns desfasamentos entre a afectação geográfica das actividades económicas (estando implícita no PIB uma maior concentração regional, decorrente da afectação da produção ao domicílio da sede das empresas) e a localização efectiva dos factores de produção (implícita no RDB das Famílias). Este fenómeno é, sobretudo, evidente na região de Lisboa e, em sentido inverso, na Madeira.

Quadro 4.1

Regiões	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>			Rendimento Disponível Bruto das Famílias <i>per capita</i>		
	Índice Portugal=100			Índice Portugal=100		
	1995	2000	2003	1995	2000	2003
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	84,9	80,8	79,0	86,6	85,3	83,1
Centro	81,4	81,6	81,8	90,7	89,7	89,1
Lisboa	143,4	146,7	145,5	130,7	133,1	134,0
Alentejo	84,8	83,8	88,3	87,3	87,4	92,1
Algarve	100,2	101,0	106,2	107,2	103,3	104,5
R. A. Açores	74,7	78,0	82,5	77,9	83,2	85,0
R. A. Madeira	95,1	112,6	120,6	98,2	97,4	107,0
Coef.Variação	0,2300	0,2504	0,2498	0,1753	0,1741	0,1785

Fonte: INE - Contas Regionais

Pode observar-se que a maior concentração do rendimento se localiza na região de Lisboa, com o Algarve e a Madeira bem mais próximos da média nacional, em segunda e terceira posições, consoante os anos e o indicador.

As regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são as que mais melhoram nos dois indicadores, sendo que, no caso dos Açores, se registaram os níveis mais baixos do país até 2001. Em 2003, é a região Norte que se apresenta como a mais pobre do país, de acordo com ambos os indicadores.

Com efeito, o Norte acentua o seu distanciamento face à média nacional, entre 1995 e 2003, em qualquer dos indicadores. Por sua vez, a região de Lisboa, que regista os maiores níveis de PIB e de Rendimento Disponível, *per capita*, aumenta a sua divergência relativamente à média nacional entre 2000 e 2003. O Alentejo mais do que recupera uma perda de posição no período de 1995-00, em termos de PIB *per capita*, evoluindo também favoravelmente em termos de Rendimento Disponível *per capita*.

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

De salientar que, como não estão disponíveis publicamente índices de preços a nível regional, a medida de rendimento disponível *per capita* acima não traduz necessariamente o poder de compra médio das famílias. Por exemplo, se os níveis de preços nas regiões de Lisboa e do Algarve forem superiores à média nacional, as diferenças no RDB *per capita* exibidos no quadro estarão a sobrevalorizar as diferenças no poder aquisitivo.

Para aferir sobre as diferenças de nível de vida nas regiões portuguesas, o INE calcula bianualmente um Índice de Poder de Compra *per capita*¹. Trata-se de um indicador compósito que leva em conta as diferenças regionais numa óptica mista, de produção e de rendimento, já que se baseia em indicadores (cerca de vinte) como, nomeadamente, o valor dos levantamentos em caixas Multibanco, o IRS liquidado, as rendas de habitação, o consumo doméstico de electricidade, o número de automóveis ligeiros de passageiros vendidos e registados nos concelhos, o número de empresas de alojamento e restauração com actividade e sediadas nos concelhos e o número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros. Os valores do Índice de Poder de Compra *per capita* referenciados aos anos de 2002 e 2004 reúnem, em conjunto, informação de base que se reporta ao período de 1999 a 2004 (Quadro 4.2).

Quadro 4.2

Regiões	Índice de Poder de Compra <i>per capita</i>	
	2002 (1)	2004 (2)
Portugal	100,0	100,0
Norte	85,6	83,9
Centro	79,9	79,0
Lisboa	147,9	149,3
Alentejo	77,0	76,8
Algarve	108,8	107,8
R. A. Açores	65,1	73,3
R. A. Madeira	81,3	83,7
Coef. Variação	0,2784	0,2710

(1) Data de referência da informação da base utilizada: 1999, 2000 e 2001

(2) Data de referência da informação da base utilizada: 2001, 2002 e 2003

Fonte: INE - Estudo do Poder de Compra Concelhio, 2002 e 2004

Segundo o Índice de Poder de Compra *per capita*, são também as regiões de Lisboa e do Algarve a registar melhor posição, mas na Madeira esta é inferior à média nacional.

Observando os coeficientes de variação², medida de dispersão que possibilita a comparação entre diferentes distribuições, verifica-se que as disparidades inter-regionais medidas através do PIB *per capita* nas regiões NUTS II são maiores do que através do RDB *per capita*, o que se mantém ao longo do período em análise. Por sua vez, o coeficiente de variação do IPCompra *per capita* é ainda mais elevado, embora esteja relativamente próximo do registado para o PIB *per capita* (Figura 4.1).

Em geral, regista-se uma relativa estabilidade na ordenação das regiões NUTS II e no grau de dispersão dos três indicadores. Contudo, é possível detectar um ligeiro agravamento das disparidades inter-regionais, mais saliente em termos da Produção do que do Rendimento *per capita*,

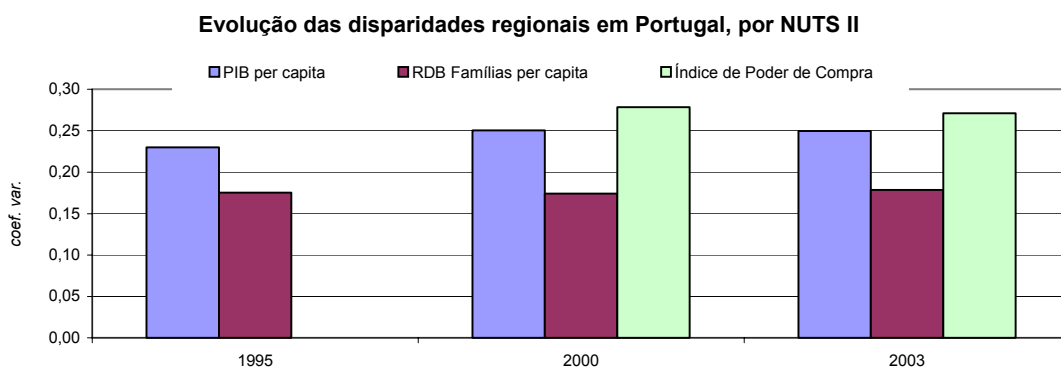
¹ O Índice de Poder de Compra *per capita* compara o poder de compra quotidiano, por pessoa, em cada concelho, relativamente à média nacional.

² Desvio padrão dos valores das diferentes regiões em relação à média do país.

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

no período de 1995-03, traduzido pelo aumento do coeficiente de variação dos indicadores em análise ao nível das regiões NUTS II. Por sua vez, as disparidades regionais em termos do IPCompra diminuem muito ligeiramente entre as versões de 2002 e 2004 deste indicador.

Figura 4.1



5. Competitividade

No âmbito da Estratégia de Lisboa e com vista a avaliar e comparar a performance da inovação dos Estados Membros, a Comissão Europeia desenvolveu um instrumento de acompanhamento, editado anualmente, sob a designação de European Innovation Scoreboard (EIS).

No EIS 2005, divulgado em 5 de Dezembro de 2005, a metodologia foi objecto de revisão face a anos anteriores, incorporando um conjunto diferente de indicadores de inovação e um método diferente de cálculo do índice sintético, o *Summary Innovation Index* (SII). O novo EIS pretende captar dimensões mais alargadas da *performance* inovadora de cada país, assegurando, contudo, a continuidade com os resultados dos EIS anteriores.

O EIS 2005 passou a incluir um conjunto de 26 indicadores de inovação e análises de tendência para os 25 Estados Membros, assim como para mais 6 países da Europa, os EUA e o Japão. Os indicadores de inovação estão classificados em 5 categorias para captar melhor os vários aspectos do processo de inovação e agrupados pela primeira vez em dois temas principais: *Inputs* e *Outputs*.

5.1. Posicionamento global das performances em inovação

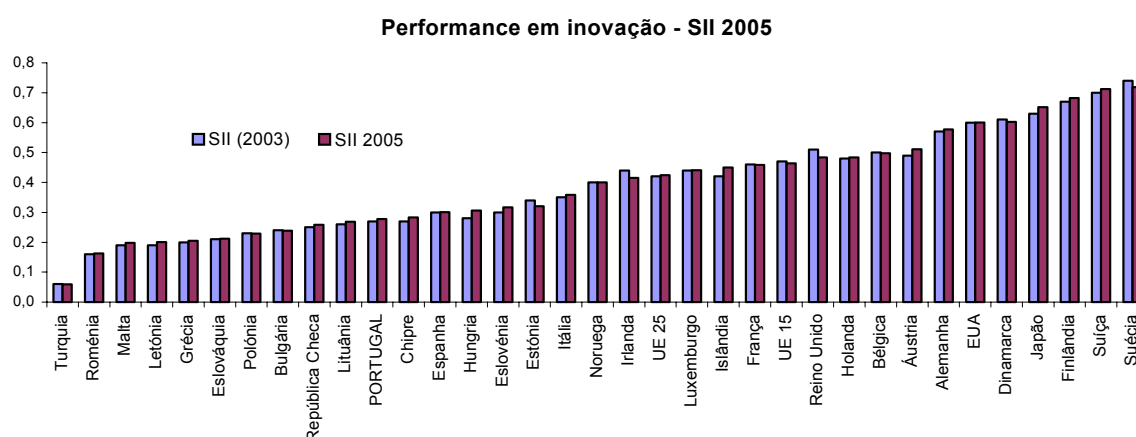
Com base nos 26 indicadores incorporados no EIS, os resultados do SII 2005 para os 33 países em análise (figura 5.1), medidos de 0 a 1, apresentam como líderes em inovação três países europeus, a Suécia (0,72), a Suíça (0,71) e a Finlândia (0,68), posições de destaque já detidas no SII 2003.

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

O Japão e os EUA ocupam os 4º (0,65) e 6º (0,60) lugares, respectivamente, mas como o cálculo do SII destas economias é baseado em estimativas para alguns indicadores, as posições relativas que ocupam devem ser interpretadas com algum cuidado. Contudo, num conjunto comparável de 16 indicadores, os EUA e o Japão mantêm-se à frente e distanciados da UE25, registando-se, mesmo um *gap* crescente em termos de inovação entre a UE25 e o Japão.

Portugal detém uma posição modesta, é a 23ª economia (0,28), atrás da Espanha, da Hungria e da Eslovénia e muito abaixo da UE25. Dos países da UE15 só a Grécia está aquém de Portugal.

Figura 5.1



Nota: Valores estimados para a Turquia, EUA e Japão; SII (2003) calculado utilizando a metodologia de 2005.

Conjugando os valores do SII 2005 com a taxa média de crescimento do SII nos últimos três anos, face à média da UE25, os países europeus podem ser classificados em quatro grupos:

- ♦ “Países que lideram”: Suíça, Finlândia, Suécia, Dinamarca e Alemanha. Os EUA e o Japão integram este conjunto.
- ♦ “Países com performance média”: França, Luxemburgo, Irlanda, Reino Unido, Holanda, Bélgica, Áustria, Noruega, Itália e Islândia.
- ♦ “Países em *catching up*”: Eslovénia, Hungria, Portugal, República Checa, Lituânia, Letónia, Grécia, Chipre e Malta.
- ♦ “Países a perder terreno”: Estónia, Espanha, Bulgária, Polónia, Eslováquia, Roménia e Turquia.

5.2. Melhores posicionamentos em inovação

Do conjunto dos países europeus considerados no EIS 2005, os Quadros 5.1 e 5.2 apresentam o panorama dos três países líderes em *performance* e em tendência em relação a cada um dos 26 indicadores de inovação, assim como informação comparativa correspondente para Portugal e para a UE25.

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

Observa-se que do grupo dos “Países que lideram”, a Suécia, a Suíça e a Finlândia aparecem com maior frequência em indicadores das categorias de Criação de Conhecimento (investimentos públicos e privados em actividades de I&D), de Inovação e Empreendedorismo (esforço de inovação ao nível das empresas) e de Propriedade Intelectual (nos três indicadores de patentes). A Alemanha apresenta maior incidência nos indicadores de Criação de Conhecimento (despesas de I&D em média alta e alta tecnologia e das universidades financiadas pelo sector empresarial) e de Aplicação (emprego nas indústrias de média alta e alta tecnologia).

Dados os níveis de *performance* alcançados pelos seis países deste grupo, só a Suíça é líder em tendência no indicador das despesas em TIC.

Os “Países com *performance* média” apresentam todos posições de liderança em um ou vários indicadores, registando os melhores desempenhos basicamente em quatro categorias de indicadores: *Drivers* de Inovação, que reflectem as condições estruturais necessárias ao potencial inovador, Criação do Conhecimento, Inovação e Empreendedorismo e Aplicação. A Irlanda, a França e o Reino Unido destacam-se no indicador de diplomados em Ciência e Engenharia.

Em termos de tendência, a Irlanda, o Luxemburgo e a Itália lideram no indicador de penetração da banda larga.

Quanto aos “Países em *catching up*”, de que Portugal faz parte, Malta destaca-se ao surgir como líder em dois indicadores das categorias Inovação e Empreendedorismo (despesas em inovação e em TIC) e Aplicação (exportação de produtos de alta tecnologia). Portugal evidencia-se no indicador vendas de produtos *new-to-market* da categoria Aplicação.

No respeitante à evolução recente, todos os países deste grupo, à excepção da Grécia, ocupam posições de destaque em um ou mais indicadores, sendo de realçar a concentração de lideranças nos indicadores: nível de educação de jovens (Malta, Portugal e Lituânia), despesas em I&D das universidades financiadas pelo sector empresarial (Hungria, Portugal e Chipre) e patentes Triade (Chipre, Lituânia e Letónia). Portugal lidera também em tendência no indicador da população com ensino superior.

Nos “Países a perder terreno”, pela posição relativa que ocupam no contexto global, só existem dois países líderes em *performance*, a Eslováquia nos indicadores de educação de jovens e de vendas de produtos *new-to-market* e a Estónia no indicador de despesas em TIC.

Analisando os melhores desempenhos em tendência, a Polónia é o país que surge com maior frequência, evidenciando-se na categoria *Drivers* de Inovação, em indicadores como diplomados em Ciência e Engenharia e população com ensino superior, na Inovação e Empreendedorismo, no indicador despesas em TIC e na Propriedade Intelectual no indicador de novas marcas comunitárias.

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 5.1

Melhores performances e tendências em inovação dos países europeus
- Indicadores de Input -

Drivers de inovação (5 indicadores que medem as condições estruturais necessárias ao potencial de inovação)		
Indicadores	Países líderes em performance	Países líderes em tendência
Diplomados em Ciência e Engenharia em per milagem da população com idade entre 20 e 29 anos <i>Por memória:</i>	Irlanda: 24,2 França: 22,2 Reino Unido: 21,0 <i>(Portugal: 8,2) (UE25: 12,2)</i>	Eslováquia: 17,9 Itália: 16,7 Polónia: 16,5 <i>(Portugal: 13,8) (UE25: 9,4)</i>
População com educação superior em % da população com idade entre 25 e 64 anos <i>Por memória:</i>	Finlândia: 34,2 Dinamarca: 32,9 Noruega: 32,3 <i>(Portugal: 12,5) (UE25: 21,2)</i>	Malta: 18,5 Portugal: 16,9 Polónia: 14,4 <i>(UE25: 4,3)</i>
Taxa de penetração da banda larga (número de linhas de banda larga em per milagem da população) <i>Por memória:</i>	Dinamarca: 15,6 Islândia: 15,5 Holanda: 14,7 <i>(Portugal: 6,4) (UE25: 6,5)</i>	Irlanda: 312,3 Luxemburgo: 122,6 Itália: 79,2 <i>(Portugal: 58,4) (UE25: --)</i>
Participação na aprendizagem ao longo da vida em per milagem da população com idade entre 25 e 64 anos <i>Por memória:</i>	Suécia: 35,8 Islândia: 31,7 Suíça: 28,6 <i>(Portugal: 4,8) (UE25: 9,9)</i>	n.d.
Nível de educação dos jovens (% da população com idade entre 20 e 24 anos que completou o ensino secundário) <i>Por memória:</i>	Noruega: 95,3 Eslováquia: 91,3 Rep. Checa: 90,9 <i>(Portugal: 49,0) (UE25: 76,7)</i>	Malta: 9,4 Portugal: 6,1 Lituânia: 4,2 <i>(UE25: 0,2)</i>
Criação de conhecimento (5 indicadores que medem o investimento em actividades de I&D)		
Indicadores	Países líderes em performance	Países líderes em tendência
Despesa pública em I&D (% do PIB) <i>Por memória:</i>	Islândia: 1,37 Finlândia: 1,03 Suécia: 1,02 <i>(Portugal: 0,52) (UE25: 0,69)</i>	Luxemburgo: 24,0 Chipre: 16,2 Hungria: 14,0 <i>(Portugal: -4,5) (UE25: 2,2)</i>
Despesa das empresas em I&D (% do PIB) <i>Por memória:</i>	Suécia: 2,93 Finlândia: 2,45 Suíça: 1,90 <i>(Portugal: 0,26) (UE25: 1,26)</i>	Chipre: 26,5 Estónia: 22,5 Áustria: 12,1 <i>(Portugal: 10,0) (UE25: 1,3)</i>
Parcela de I&D em média alta e alta tecnologia (% das despesas em I&D da indústria transformadora) <i>Por memória:</i>	Suécia: 93,7 Alemanha: 93,5 Itália: 91,1 <i>(Portugal: 68,2) (UE25: --)</i>	n.d.
Parcela das empresas que recebem fundos públicos para inovação <i>Por memória:</i>	Áustria: 19,2 Finlândia: 18,7 Itália: 14,8 <i>(Portugal: 13,7) (UE25: n.d.)</i>	n.d.
Parcela das despesas em I&D das universidades financiadas pelo sector empresarial <i>Por memória:</i>	Letónia: 23,9 Bélgica: 12,7 Alemanha: 12,5 <i>(Portugal: 1,5) (UE25: 6,6)</i>	Hungria: 41,5 Portugal: 23,5 Chipre: 23,3 <i>(UE25: 0,6)</i>
Inovação e empreendedorismo (6 indicadores que medem os esforços de inovação ao nível das empresas)		
Indicadores	Países líderes em performance	Países líderes em tendência
PME que inovam in-house (% do total das PME) <i>Por memória:</i>	Suíça: 54,8 Islândia: 46,5 Áustria: 44,7 <i>(Portugal: 36,2) (UE25: n.d.)</i>	n.d.
PME que inovam em cooperação (% do total das PME) <i>Por memória:</i>	Hungria: 32,9 Chipre: 22,6 Finlândia: 18,6 <i>(Portugal: 7,0) (UE25: n.d.)</i>	n.d.
Despesas em inovação (% do volume de negócios) <i>Por memória:</i>	Suíça: 3,48 Reino Unido: 3,35 Malta: 3,29 <i>(Portugal: 2,62) (UE25: n.d.)</i>	n.d.
Capital de risco na fase preliminar (% do PIB) <i>Por memória:</i>	Suécia: 0,081 Finlândia: 0,065 Dinamarca: 0,063 <i>(Portugal: 0,026) (UE25: --)</i>	n.d.
Despesas em TIC (% do PIB) <i>Por memória:</i>	Suécia: 8,7 Estónia: 8,6 Malta: 8,5 <i>(Portugal: 7,1) (UE25: 6,4)</i>	Polónia: 6,9 Noruega: 4,0 Suíça: 2,3 <i>(Portugal: 1,9) (UE25: 6,9)</i>
PME que usam mudanças não tecnológicas (% do total das PME) <i>Por memória:</i>	Luxemburgo: 74,0 Alemanha: 65,0 Suíça: 63,0 <i>(Portugal: 51,0) (UE25: n.d.)</i>	n.d.

Nota: n.d. = não disponível

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 5.2
Melhores *performances* e tendências em inovação dos países europeus
- Indicadores de Output -

Aplicação		
(5 indicadores que medem a performance expressa em termos do emprego e actividades empresariais e o seu valor acrescentado nos sectores inovadores)		
Indicadores	Países líderes em performance	Países líderes em tendência
Emprego nos serviços de alta tecnologia (% do total de emprego) <i>Por memória:</i>	Suécia: 4,85 Islândia: 4,81 Finlândia: 4,68 (Portugal: 1,45) (UE25: 3,19)	Chipre: 9,9 Islândia: 8,3 Áustria: 8,3 (Portugal: 6,7) (UE25: 0,1)
Exportações de produtos de alta tecnologia no total das exportações <i>Por memória:</i>	Malta: 55,5 Irlanda: 29,9 Luxemburgo: 29,3 (Portugal: 7,4) (UE25: 17,8)	Rep. Checa: 22,5 Luxemburgo: 17,6 Eslovénia: 16,1 (Portugal: 15,6) (UE25: -6,3)
Vendas de produtos <i>new-to-market</i> (% do total do volume de negócios) <i>Por memória:</i>	Eslováquia: 10,9 Portugal: 10,8 Luxemburgo: 9,1 (UE25: n.d.)	n.d.
Vendas de produtos <i>new-to-firm not new-to-market</i> (% do total do volume de negócios) <i>Por memória:</i>	Dinamarca: 25,6 Alemanha: 23,4 Suíça: 20,5 (Portugal: 15,1) (UE25: n.d.)	n.d.
Emprego nas indústrias de média alta e alta tecnologia (% do total de emprego) <i>Por memória:</i>	Alemanha: 11,04 Eslovénia: 8,94 Rep. Checa: 8,71 (Portugal: 3,17) (UE25: 6,60)	Islândia: 9,9 Eslováquia: 8,9 Chipre: 6,7 (Portugal: -5,9) (UE25: -2,8)
Propriedade intelectual		
(5 indicadores que medem os bons resultados alcançados em termos de know-how)		
Indicadores	Países líderes em performance	Países líderes em tendência
Patentes EPO por milhão da população <i>Por memória:</i>	Suíça: 460,1 Suécia: 311,5 Finlândia: 310,9 (Portugal: 4,3) (UE25: 133,6)	Eslovénia: 20,2 Malta: 20,0 Holanda: 17,7 (Portugal: 7,6) (UE25: 5,3)
Patentes USPTO por milhão da população <i>Por memória:</i>	Suíça: 188,3 Suécia: 187,4 Finlândia: 158,6 (Portugal: 1,3) (UE25: 59,9)	Chipre: 37,9 Islândia: 20,4 Estónia: 19,9 (Portugal: 18,8) (UE25: --)
Patentes Triade por milhão da população <i>Por memória:</i>	Suíça: 110,8 Finlândia: 94,5 Suécia: 91,4 (Portugal: 0,8) (UE25: 22,3)	Chipre: 166,7 Lituânia: 62,0 Letónia: 28,4 (Portugal: 19,7) (UE25: 1,2)
Novas marcas comunitárias por milhão da população <i>Por memória:</i>	Luxemburgo: 571,2 Suíça: 180,0 Áustria: 158,8 (Portugal: 47,8) (UE25: 87,2)	Polónia: 525,4 Estónia: 449,9 Rep. Checa: 240,2 (Portugal: 14,1) (UE25: 15,6)
Novos <i>designs</i> comunitários por milhão da população <i>Por memória:</i>	Dinamarca: 199,1 Suíça: 161,2 Alemanha: 147,1 (Portugal: 26,3) (UE25:84)	n.d.

Nota: n.d. = não disponível

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

6. Agenda

6.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Perspectivas Financeiras	<p>No Conselho Europeu de Dezembro de 2005 obteve-se acordo para Portugal, sendo de 21,3 mil milhões de euros o montante de fundos acordado. Este valor divide-se em: Política de coesão: 19,183 mil milhões de euros (Fundos Estruturais: 16,448 mil milhões; Fundo de Coesão: 2,735 mil milhões); e Transferências para o Desenvolvimento Rural e Pescas: 2,143 mil milhões de euros.</p> <p>Portugal conseguiu também garantir regras de maior flexibilidade para a absorção dos Fundos Estruturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Passando a beneficiar de uma taxa máxima de co-financiamento comunitária de 85% (em vez de 80%) nos projectos dos Fundos Estruturais (FEDER e Fundo Social Europeu) e do Fundo de Coesão. Ou seja, o Estado português passa a ter a possibilidade de financiar com fundos nacionais um mínimo de 15% do total dos projectos; • Sendo alterada para os Fundos Estruturais a chamada regra do N+2, que passa a N+3 de 2007 a 2010. A regra do N+2 obrigava qualquer Estado membro a devolver à União Europeia as verbas que não tivessem ainda sido gastas passados dois anos da sua autorização orçamental; • Conseguindo também que lhe fosse aplicada a inclusão do IVA não dedutível nas despesas elegíveis para co-financiamento comunitário. Se esta regra não fosse aplicada, as entidades, como Câmaras Municipais e Organismos da Administração Central, que não podem deduzir o IVA tê-lo-iam que suportar na íntegra. • Conseguiu-se ainda que os projectos de parceria público-privada sejam co-financiados por Fundos Estruturais e pelo Fundo de Coesão passando a ser elegíveis na sua totalidade, ou seja, incluindo não apenas o investimento público, mas também o privado.
Empresa na Hora	<p>O programa «Empresa na Hora», que permite a constituição imediata de sociedades comerciais, prossegue com mais sete novos locais de atendimento nas localidades de Lisboa, Sintra, Viseu e Loulé. No final de 2005 o número de locais onde é possível constituir uma «Empresa na Hora» elevou-se para dezanove.</p> <p>Até ao dia 14 de Dezembro já foram constituídas 1549 «Empresas na Hora». O tempo médio para a sua constituição foi de 1h13m. No dia 27 de Dezembro foram constituídas 50 sociedades, o que representa o número máximo de empresas criadas num único dia.</p>
Cooperação para o Desenvolvimento	<p>Em Conselho de Ministros, de 29 de Dezembro de 2005, foi aprovada Resolução do Conselho de Ministros. Visando constituir um grupo de trabalho com vista à criação da Sociedade Financeira para o Desenvolvimento (Sofid) – que terá por finalidade a concessão de crédito em condições muito especiais para o sector privado empresarial, com vista ao investimento nos países em vias de desenvolvimento, nomeadamente, os que são beneficiários da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa.</p> <p>A Sofid, em cujo capital social participará o Estado, como accionista maioritário, virá colocar Portugal numa situação competitiva igualitária para com os países que já possuem estas instituições financeiras e permitir a sua integração no grupo de European Development Finance Institutions (EDFI)</p> <p>O grupo de trabalho é constituído por um presidente e por um representante de cada um dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação, bem como por um representante dos bancos portugueses.</p>

6.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<i>Programa Estágios Profissionais</i> Portaria n.º 1256/2005 - I Série B n.º 231, de 02/12	Regulamenta o Programa Estágios Profissionais na Administração Pública.
<i>Programa Estágios Profissionais (QCA III – Diversos)</i> Despacho conjunto n.º 1039/2005 da presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho - II Série n.º 231, de 02/12	Aprova, o Regulamento Específico, da Tipologia n.º 2 «Estágios Profissionais» da Medida n.º 1 «Qualificação e Valorização dos Recursos Humanos» do Eixo Prioritário n.º 2, do Programa Operacional da Administração Pública.
<i>IRC / IRS e Outros Impostos – Alterações</i>	Introduz alterações ao Código do IRS, ao Código do IRC, ao Código do Imposto do Selo, ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Código

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

Assunto Diploma	Sumário
Decreto-Lei n.º 211/2005 - I Série A n.º 234, de 07/12	<p>do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e ao Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias e em legislação fiscal complementar, aperfeiçoando e simplificando as obrigações acessórias impostas aos contribuintes.</p> <p>No que se refere ao IRS destaca-se a revogação da obrigação de entregar declaração de substituição relativa ao reinvestimento dos ganhos obtidos com a transmissão onerosa de imóveis destinados a habitação própria nos casos em que apenas se verifique ter ocorrido um reinvestimento diverso do já declarado no ano da alienação do imóvel. Ainda no âmbito do IRS, quanto à determinação dos rendimentos empresariais e profissionais, a regra passa a ser a inclusão no regime simplificado de tributação sempre que no ano anterior não sejam ultrapassados os limites estabelecidos (volume de vendas e valor ilíquido dos restantes rendimentos). No entanto, os sujeitos passivos poderão optar pela determinação dos rendimentos com base na contabilidade. Proceder-se à redução dos encargos e da carga burocrática imposta às empresas, eliminando pedidos de autorização e requerimentos objecto de apreciação pontual e discricionária por parte da Administração Fiscal. Assim,</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecem-se novas condições de validade dos formulários exigíveis às entidades que paguem habitualmente rendimentos a não residentes, aos quais se aplicam convenções internacionais para eliminar a dupla tributação (estas novas condições entram em vigor a 1 de Janeiro de 2006); - Eliminam-se certos requisitos exigíveis às empresas que consolidam contas, caso pretendam adoptar um período de tributação diferente do ano civil; - Dispensa-se a entrega da declaração mod.22 no caso de entidades que beneficiem de isenção total e definitiva; - Revêem-se os procedimentos necessários nos casos em que as empresas decidam abater bens do seu activo imobilizado; - Estabelece-se que ao fornecimento por parte das Câmaras Municipais das plantas necessárias para efeitos de avaliação fiscal dos imóveis não corresponderá a cobrança de quaisquer encargos adicionais, para além do mero custo de reprodução; - Centraliza-se numa única entidade, a Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC), das obrigações declarativas e de pagamento do IVA exigível antes do registo, matrícula ou licença de meios de transporte novos adquiridos noutra Estado-membro. <p>Salienta-se que com a presente legislação deixa de ser exigível aos contribuintes:- Entregar documentos que contenham informação já do conhecimento oficioso da Administração, para efeitos de avaliação e tributação de imóveis transmitidos; - Apresentar plantas relativas a construções anteriores a 1951, isto é, antes das exigências de licenciamento do Regime Geral das Edificações Urbanas; - Apresentar em papel a declaração que lhes permita suspender os pagamentos por conta. Por outro lado, os contribuintes deixam de ser penalizados por atrasos que lhes não sejam imputáveis em situações como a demora na avaliação do imóvel, permitindo-se nesses casos a suspensão de liquidações de IMI relativas a prédios destinados à habitação própria e permanente ou de reduzido valor patrimonial, para os quais foi pedida uma isenção que esteja pendente da avaliação em falta.</p>
<i>Privatizações - EDP - 6.ª Fase de Reprivatização</i> Decreto-Lei n.º 209-A/2005 - I Série A n.º 231, de 02/12 (Suplemento)	Aprova a 6.ª fase do processo de reprivatização do capital social da EDP - Energias de Portugal, S. A., sociedade aberta, a qual incide sobre um conjunto de acções representativo de um montante que não exceda 5% do respectivo capital social.
<i>Privatizações - EDP - 6.ª Fase de Reprivatização</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 186-A/2005 - I Série B n.º 235, de 9/12	Regulamenta a 6.ª fase do processo de reprivatização do capital social da EDP - Energias de Portugal, S. A., sociedade aberta. Determina que a venda directa deverá ter por objecto um lote composto por um mínimo de 160 000 000 e um máximo de 179 372 198 de acções representativas do capital social da EDP.
<i>Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio – MODCOM (PRIME)</i> Despacho n.º 466/2006 do Ministério da Economia e da Inovação - II Série n.º 6, de 9/01	Determina que a primeira fase de selecção de projectos no âmbito do MODCOM tem a duração de 45 dias úteis iniciando-se a 9 de Janeiro de 2006. A dotação orçamental para a referida fase é de 20 000 000 € com a seguinte distribuição regional: Norte - 5 900 000 €; Centro - 3 100 000 €; Lisboa e Vale do Tejo - 8 200 000 €; Alentejo - 1 900 000 €; Algarve - 900 000 €.
<i>Código do IVA – Alterações</i> Lei n.º 57/2005 - I Série A n.º 237, de 13/12	Altera o artigo 21.º do Código do IVA, no sentido de consagrar o direito à dedução total do imposto contido nas despesas com biocombustíveis. Proceder-se também ao reajustamento do regime do direito à dedução de despesas resultantes da organização e participação em congressos, feiras, exposições, seminários, conferências e similares. Assim, pode ser dedutível o imposto

Ministério da Economia e da Inovação
Gabinete de Estratégia e Estudos

Assunto Diploma	Sumário
	respeitante a despesas efectuadas para satisfazer as necessidades directas dos participantes (transporte, alojamento, alimentação e bebidas), relativas aos eventos mencionados, na proporção de 50% e de 25% conforme se trate de despesas relativas à organização ou à participação naqueles eventos.
<i>IVA – Reembolsos</i> Despacho Normativo n.º 53/2005 - I Série B n.º 239, de 15/12	Estabelece novas normas relativas aos reembolsos do IVA solicitados pelos sujeitos passivos através da declaração periódica prevista no artigo 40.º do Código do IVA. Aprova os modelos e respectivas instruções de preenchimento da Relação de Clientes, da Relação de Fornecedores e da Relação dos sujeitos passivos a que respeitam as regularizações. Revoga o Despacho Normativo n.º 342/93, de 30 de Outubro.
<i>Livro de Reclamações – Regulamentação</i> Portaria n.º 1288/2005 - I Série B n.º 239, de 15/12	Aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro. A presente Portaria entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006.
<i>IRC - Declaração Anual</i> Declaração n.º 257/2005 da Direcção-Geral dos Impostos - II Série n.º 239, de 15/12	Aprova os novos impressos para a declaração anual de informação contabilística e fiscal, bem como, para os respectivos anexos.
<i>Plano Tecnológico</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2005 - I Série B n.º 240, de 16/12	Aprova o Plano Tecnológico. Com este Plano pretende-se mobilizar o País para a promoção de novos factores de crescimento, enquanto suporte de um novo modelo de desenvolvimento económico. Para tal, o Plano Tecnológico aposta na concretização de um plano de acção para levar à prática um conjunto coerente de medidas que visam estimular a criação e uso do conhecimento em Portugal como alavanca do desenvolvimento económico sustentado. De acordo com o Programa do Governo, o Plano Tecnológico está estruturado em três eixos de acção: Conhecimento - Qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento, fomentando medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os portugueses para a Sociedade de Informação; Tecnologia - Vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas actividades de investigação e desenvolvimento (I&D); Inovação - Imprimir um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.

6.3. Em agenda

Evento	Local	Data prevista
World Economic Forum: Mastering Our Future, with participation of the OECD.	Davos, Suíça	25-29 Jan_2006
Reunião Euromed de Ministros do Comércio	Bruxelas	20 Fev_2006
2006 Annual Meetings of the International Monetary Fund and the World Bank Group	Singapura	19-20 Set_2006